

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.512 - BA (2019/0180099-9)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO

RECORRENTE : R C O F

**ADVOGADO : MAURICIO FERNANDO ANDRADE DA COSTA -
BA025032**

RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por R. C. O. F. em face de acórdão do Tribunal de Justiça da Bahia que denegou o *writ* de origem, por acórdão assim ementado (fl. 159):

HABEAS CORPUS. MANUTENÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS. NECESSIDADE EM RAZÃO DA PERMANÊNCIA DE ANIMOSIDADE ENTRE AS PARTES. COMPATIBILIZAÇÃO DAS MEDIDAS COM A REALIDADE FÁTICA. GENITORA DO PACIENTE IDOSA E ENFERMA. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.

- A despeito da necessidade de manutenção das medidas protetivas, estas devem ser compatibilizadas com a realidade fática, visto que a Genitora do Paciente, idosa e portadora de doença grave, reside no mesmo imóvel que a ex-companheira deste, de modo que concede-se parcialmente a ordem para AUTORIZAR ROBSON CÁSSIO OLIVEIRA FONTOURA a visitar sua genitora MARIA UBALDINA BAVOSA OLIVEIRA FONTOURA em sua residência (Rua Bernadete Dias, nº 108, Boca do Rio - Salvador - BA), podendo ou não a Sra. Samantha Késia Santos de Oliveira Fontoura estar no andar superior do imóvel, sem que isso constitua descumprimento da medida protetiva estabelecida.

O recorrente foi denunciado pela prática do crime tipificado no art. 129, § 9º, do Código Penal, tendo sido fixadas medidas protetivas em favor da vítima, sua ex-companheira.

O recorrente argumenta que não houve fundamentação idônea para manutenção das medidas protetivas impostas, bem como há excesso de prazo no tempo de duração das medidas, eis que foram determinadas há mais de 2 anos (desde 27/7/2017). Por isso, requer o provimento do recurso em *habeas corpus*, para a revogação das medidas protetivas.

A liminar foi indeferida às fls. 204/205.

Prestadas as informações (fls. 213/354), manifestou-se o Ministério Público Federal pelo desprovimento do recurso (fls. 356/358).

Na origem, processo n. 0550463-41.2018.8.05.0001, foi recebida a denúncia em 21/9/2018, aguardando-se a designação de audiência de instrução e julgamento, conforme informações processuais eletrônicas do *site* do

Superior Tribunal de Justiça

Tribunal *a quo* consultadas em 30/9/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Busca o recorrente a revogação das medidas protetivas que lhe foram impostas.

No caso, o juízo de primeiro grau prorrogou as medidas protetivas decretadas em desfavor do recorrente sob a seguinte fundamentação (fl. 18):

Por fim, levando-se em conta que a situação de animosidade entre as partes ainda se encontra latente, entendo necessária a manutenção das medidas protetivas em favor da ofendida.

Como se observa, consta da decisão fundamento idôneo para manutenção das medidas protetivas, pois evidencia que *a situação de animosidade entre as partes ainda se encontra latente*.

Ademais, mostra-se incabível o exame da questão referente à não ocorrência da situação conflituosa entre as partes, porquanto demanda revolvimento de prova.

No tocante à questão do tempo de duração das medidas, constou das informações prestadas pelo juízo de 1º grau (fls. 216/219):

As medidas protetivas foram parcialmente deferidas, conforme decisão que segue em anexo, ficando o PACIENTE cientificado de que deveria manter distanciamento da ofendida, afastar-se do lar, não manter nenhum tipo de contato com ela e não frequentar os locais em que ela estivesse. Por fim, foi determinada a suspensão da posse e a restrição do porte de arma de fogo.

O Paciente, após se esquivar para não ser intimado em Cartório no dia 28/07/2017, consoante certidão de fl. 93, retornou a esta Serventia, sendo regularmente intimado em 22/08/2017, oportunidade em que tomou conhecimento do teor das medidas protetivas e da audiência designada nos autos (fl. 157).

Consoante ofício de fls. 120/135, as medidas protetivas foram flexibilizadas por força de decisão em agravo, sendo permitido ao acionado que retirasse os seus pertences pessoais do imóvel onde as partes residiam, bem como que mantivesse distância da acionante inferior a 100 metros apenas quando estiver visitando a sua genitora.

As partes foram ouvidas pelo Setor Psicossocial desta Especializada, conforme relatório acostado às fls. 158/162, sendo atualizada a escuta da vítima às fls. 941/942. O PACIENTE não compareceu para nova escuta pelas Psicólogas, fl. 943.

A audiência marcada se realizou com a presença das partes e seus advogados, conforme ATA em anexo.

Foi determinado, no caso, a expedição de ofício à Ronda Maria da Penha para promover a fiscalização da decisão judicial.

Diante de reiteradas notícias de descumprimento à decisão judicial, o que restou comprovado por meio de procedimento aberto perante a Delegacia de

Polícia e oitiva de testemunhas, foi requerida, pela autoridade policial, a Prisão Preventiva do PACIENTE, nos autos de nº 0333969-22.2017.8.05.0001, que foi julgado prejudicado face ao pedido similar apresentado, pela vítima, nos autos em apreço.

O PACIENTE, consoante decisão prolatada nos autos, teve sua prisão preventiva decretada, pelos fundamentos ali estampados, posto que as medidas protetivas de urgência outrora concedidas se mostraram ineficientes para resguardar a integridade física, emocional e psicológica da ofendida.

Segundo se anunciou, o PACIENTE, mesmo ciente das medidas protetivas de urgência, abordou a vítima em via pública e, ato contínuo, passou a injuriá-la e ameaçá-la, chegando, inclusive, a arrancar o filho mais novo dos seus braços. Na ocasião, o PACIENTE teria perseguido a acionante e, em seguida, parou seu veículo em frente ao estabelecimento em que ela estava, dando início a uma série de agressões. Estas, por sua vez, teriam sido presenciadas por diversas pessoas que ali estavam, incluindo a Sra. Leidze Cristina da Silva Vieira, que confirmou o ocorrido quando prestou depoimento à Autoridade Policial.

No contexto apresentado, aflorou-se nos autos a necessidade de manutenção não apenas das Medidas Protetivas, mas sobretudo do decreto prisional do PACIENTE, como único meio idôneo a garantir a paz e a tranquilidade da vítima.

Entretanto, a prisão do PACIENTE foi revogada nos autos do HC nº 0027501-21.2017.8.05.0000, que foi apreciado pela 1ª Turma julgadora - Primeira Câmara Criminal do TJ/BA (fls. 729/734).

Consta, agora, nos autos de MPU nova notícia de descumprimento formulada pela ofendida, que se encontra assistida pela Defensoria Pública, estando os autos com vistas ao PACIENTE e ao Ministério Público.

Seguem para conhecimento do Excelentíssimo Relator os Relatórios produzidos pela Equipe da Ronda Maria da Penha, que fiscaliza o cumprimento das medidas de proteção impostas ao PACIENTE em favor da vítima.

[...]

O Ministério Público lançou parecer nos autos da Ação Penal pedindo novo decreto prisional do PACIENTE/Réu, que aguarda conclusão para ser apreciado.

Como observado, além de constar na decisão de prorrogação das medidas protetivas, proferida em 27/2/2019, que perdura a situação de animosidade entre as partes, consta *nova notícia de descumprimento formulada pela ofendida*, tendo o Ministério Público lançado *parecer nos autos da Ação Penal pedindo novo decreto prisional* em desfavor do recorrente. Portanto, não há que se falar em excesso de prazo no tempo de duração das medidas, uma vez constatada a necessidade de prorrogação destas.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator

